

■ **FRAUDE NO SENADO** ■ Fernando Henrique está convencido de que opinião pública não entenderá abrandamento de punições

Governo desiste de 'operação abafa'

EXPEDITO FILHO E
CARMEN KOZAK

BRASÍLIA – O governo e os partidos aliados consideram remotíssimas as chances de reverter as pressões pela perda de mandato do ex-líder do governo no Senado e ex-tucano José Roberto Arruda e do ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). E, por tabela, numa fase posterior, punição possivelmente semelhante ao atual presidente do Senado e do PMDB, Jader Barbalho (PMDB-PA), encrocado há um ano com um emaranhado de denúncias de irregularidades na Sudam. Diante da constata-

ção de que a pressão da opinião pública inviabilizaria qualquer tentativa de abafar a crise, desde ontem, de manhã, ministros e dirigentes do PSDB, PMDB e PFL passaram a defender “celebridade” na decisão do Senado sobre a violação dos votos na cassação de Luiz Estevão no ano passado.

A informação de que o presidente Fernando Henrique Cardoso se compadeceu depois que o senador Arruda subiu na tribuna e chorou durante o seu discurso de autocritica, levou muitos tucanos a interpretar a manifestação do presidente como um gesto de condescendência, o que significaria um movimento no

sentido de abrandar a punição aos violadores do painel de votação do Senado.

Assessores do presidente trataram de negar a hipótese. “Foi só uma manifestação de caráter pessoal”, garantiu um interlocutor do presidente, ao lembrar a frase dita no dia anterior que classificou o mea-culpa de Arruda um ato digno e corajoso. Oficialmente, Fernando Henrique - que ontem recebeu Chitãozinho e Xororó e se recusou a usar um chapéu de boiadeiro presenteado pela dupla - não quer mais falar.

Diante disso, o tom foi dado pelos tucanos. “O país está passando com esta briga oligárquica

e, para o bem dele, o Senado tem que ser célere. Não há clima para encobrir nada e a inércia do Senado não será compreendida pela opinião pública”, disse o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga. Ele foi um dos operadores do processo de convencimento de Arruda para assumir o erro. Reproduzia apenas a avaliação feita pelo núcleo de articulação política do governo na noite de segunda-feira em várias reuniões, sendo uma delas comandada pelo próprio presidente.

Afinado com o Palácio do Planalto, o PSDB abandonou Arruda à própria sorte bem cedo. Pressionado pelos diretórios re-

gionais, as bancadas do partido não tiveram outra saída senão defender a expulsão do ex-líder. Tinha duas metas claras: forçar Arruda a antecipar o desligamento e demonstrar ao PFL de ACM que não concordariam com desgastantes tentativas de abrandar as punições. O PFL entendeu o recado. Esqueceu o discurso em favor de uma punição de ACM com uma pena mais branda do que a de Arruda. Aguardará o depoimento do líder baiano no Conselho de Ética do Senado para decidir o que faz.

O PMDB também trabalha com cenário de cassação. Mas acredita que conseguirá assegurar vantagem de tempo para Ja-

der, já que os problemas que pesam contra ele ainda estão no âmbito do Ministério Público e, até agora, ainda não geraram elementos que permitam processo por falta de decoro. “O problema do Jader é outro e, embora represente um risco político muito forte, terá que ser analisado em separado”, avisou um peemedebista com influência no comando do partido e no Planalto. Em conversas com colegas de comando de partido, Jader já admitiu que corre riscos do atrelamento político de seu caso com os de ACM e de Arruda. Nem por isso cogita abandonar as presidências do Senado e do PMDB.